

A TEXTUALIDADE DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: OS SIGNIFICADOS DOS IMPRESSOS CONFSSIONAIS NO SÉCULO XX

Fábio de Sousa Neto¹
Eduardo Gusmão de Quadros²

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar parte de pesquisa relacionada ao campo religioso brasileiro na perspectiva da Assembleia de Deus. Para tanto, toma-se por objeto os significados dos impressos confessionais, ou práticas textuais relacionadas ao segmento. Na tentativa de dar respostas aos possíveis significados desses impressos, verificou-se que adquirem valor simbólico tendo em vista um fenômeno da modernidade, a herança livresca da Reforma Protestante e o contexto brasileiro anterior a terceira revolução tecnológica. Além disso, no contexto brasileiro até a década de 1970, os impressos serviram como aporte, tanto para a evangelização, quanto para a conformação de *habitus* e práticas de leitura. De outro modo, se inscreveram nas estratégias do grupo como bem simbólico nas lutas inerentes ao campo religioso brasileiro.

Palavras-chave: Campo Religioso. Assembleia de Deus. Impressos confessionais. Práticas de leitura.

ABSTRACT

The article aims to present part of research related to the Brazilian religious field from the perspective of the Assembly of God. Therefore, the object is the meanings of confessional forms, or textual practices related to the segment. In an attempt to provide answers to the possible meanings of these forms, it was found that they acquire symbolic value in view of a phenomenon of modernity, the bookish heritage of the Protestant Reformation and the Brazilian context prior to the third technological revolution. In addition, in the Brazilian context until the 1970s, the printed material served as a contribution, both for evangelization and for the shaping of *habitus* and reading practices. On the other hand, they were inscribed in the group's strategies as symbolic in the struggles inherent to the Brazilian religious field.

Keywords: Religious Field. Assembly of God. Confessional forms. Reading practices.

¹Especialista em Teologia Sistemática (FASSEB/GO). Discente do Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* do Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É professor universitário. E-mail: fabionetohistoria@gmail.com.

²Doutor em História pela Universidade de Brasília (2005). É professor efetivo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar parte de pesquisa onde se considera como objeto as práticas textuais relacionadas à Igreja Evangélica Assembleia de Deus. O problema imediato surge da constatação óbvia de uma prática do grupo relacionada ao valor simbólico de seus impressos confessionais, logo, a questão levantada seria, quais os significados dos impressos confessionais para a Assembleia de Deus no contexto entre as primeiras publicações até a década de 1970? Essas reflexões são justificadas levando em consideração o rápido crescimento da igreja evangélica Assembleia de Deus (AD),³ num período anterior a popularização dos meios de comunicação em massa, principalmente da televisão. Hoje se verifica os usos intensivos dessa ferramenta de comunicação no campo religioso brasileiro, servindo inclusive como aporte indispensável na luta por espaço ou penetração social.

A relevância do trabalho, como já sugerido no parágrafo acima, seria sua contribuição para a pesquisa, tendo em vista a importância do segmento no cenário religioso nacional. Além de se inserir no campo da nova história cultural, também tangencia o campo da teologia, principalmente da teologia histórica e da teologia prática. Prova disso, é que as ações das Assembleias de Deus podem ser verificadas em suas publicações, tanto em termos de um esforço catequético ou de ensino voltado para seus membros, quanto na evangelização, isso se evidenciará nas principais argumentações deste trabalho. De todo modo, o óbvio se observa, a contribuição efetiva da confissão à sociedade brasileira.

Portanto, tem-se como principal objetivo elencar os significados dos impressos da Assembleia de Deus no contexto brasileiro do século XX. Provisoriamente em resposta à problemática posta, apresenta-se a seguinte hipótese: os impressos do grupo adquiriram valor simbólico e efetivo no contexto da modernidade cujo aporte se verificaria tanto na evangelização quanto como “bem simbólico” nas lutas inerentes ao campo religioso brasileiro.

Dito isso, será apreciado o valor dos impressos para a pesquisa, sobretudo a partir de um recorte nos termos do estado da questão.

No clássico, História da Imprensa Brasileira (1999) de Nelson Werneck Sodré, o mesmo afirma que os impressos de forma geral estariam relacionados como produtos da modernidade. As transformações que se deram no período vão desde a conquista tecnológica

³Doravante, o nome Assembleia de Deus será reconhecido na sigla AD e a forma plural será identificada como ADS.

dos tipos móveis de Gutenberg à formação de práticas de leitura facilitadas pela impressão tipográfica. Com os impressos sob o desenvolvimento do capitalismo, certamente origina-se um novo espaço de produção, distribuição e recepção de bens simbólicos, com isso:

O controle dos meios de difusão de ideias de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo à diferença de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1-3).

Publicar significaria dominar técnicas, estender uma prática, uma ação, organização e modos de inteligibilidades, desse modo, decodificar o texto sob a modernidade relacionam-se aos valores de uma nova sociedade, outra moral – a burguesa – uma nova ordem, cujos pilares repousam sobre “o dinheiro e na instrução” (RÉMOND, 1981, p. 44). Com as demandas dos grupos intermediários por educação, se dá a difusão do ensino, aqui, a reboque, vem “o desenvolvimento do jornalismo e dos meios de informação” (RÉMOND, 191, p. 57). Logo, nessa relação, com a insurgência de outros valores, ideias e ao desenvolvimento tecnológico, do processo de urbanização à difusão da educação, de práticas de leitura e da publicidade, a imprensa ganha espaço privilegiado.

No Brasil, sua história se vincula à transposição da corte lusitana para os trópicos. Nos primeiros momentos, a serviço da Coroa, logo após, sob o avanço dos ideais republicanos, ganharia contornos políticos no âmbito dos conflitos ideológicos e interesses diversos. Esse seria o contexto do nascimento da imprensa evangélica brasileira, cujo marco seria o periódico presbiteriano organizado por Ashbel G. Simonton denominado de “Imprensa Evangélica” (MATOS, 2011, p. 11). Não obstante a parca historiografia da área ou a distância em que os historiadores mantinham da mesma, como já dito, os trabalhos que se dedicaram as fontes impressas, especificamente sobre os periódicos, são relativamente recentes, tanto em suas utilizações como fontes e objeto.

Em relação aos periódicos, o trabalho nos arquivos da imprensa fora imprescindível para historiadores como Gilberto Freire e Emília Viotti, contudo, como afirma Tânia Regina de Luca, a mudança de estatuto dos periódicos, de fonte para objeto, se deu entre as décadas de 1960-1970, sob a batuta da história social, onde, “ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2004, p.118). Dito isto, após breve apresentação das fontes e estado da arte, passa-se ao referencial teórico metodológico que será dado a partir da História Cultural, com aportes do arcabouço

teórico do sociólogo Pierre Bourdieu, principalmente seus conceitos de campo, capital e *habitus*.

O primeiro pode ser apresentado como um espaço ou campo de forças entretecido por relações de dominação (BOURDIEU, 2004, p. 23). O capital é um conceito apropriado da economia, mas não se restringe ao econômico, também há outros valores como o chamado capital cultural e capital social (BOURDIEU, 2004, p. 154). Por fim, o conceito de *habitus*, explicitado “como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, [...] como princípios organizadores da ação” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Em síntese, disposições internalizadas, que orientam as ações e percepções do sujeito.

2 A TEXTUALIDADE DA ASSEMBLEIA DE DEUS

Pela expressão textualidade das Assembleia de Deus afirma-se algumas características do grupo em relação a linguagem verbal, ao texto escrito e suas leituras. Com isso, se afirma que o grupo tem historicidade, cujas práticas de escrita, publicidade e leitura se inserem num contexto histórico específico. É justamente essa textualidade que em grande medida permite realizar a presente pesquisa, tanto nos termos do método histórico, quanto as relações com as fontes e o objeto.

Vejamos um pouco da história das ADS no Brasil. Ela remonta às primeiras décadas do século XX. Tanto a historiografia oficial, quanto estudos independentes concordam que a utilização do nome Assembleia de Deus se deu no contexto brasileiro entre 1914-1918. Segundo um dos fundadores, “isso aconteceu no dia 11 de janeiro de 1918, quando a igreja foi registrada oficialmente com o nome de ‘Assembleia de Deus’” (VINGREN, 2000, p. 104). Um exemplo temos nas declarações de Leonildo Silveira Campos sobre o que considera o marco do pentecostalismo em terras brasileiras:

No ano seguinte à chegada de Francescone, dois imigrantes suecos, Vingren (1879-1933) e Berg (1884-1963), vindos também de Chicago, desembarcaram em Belém, no norte do Brasil, e ali fundaram, após uma dissidência na Igreja Batista, a *Missão da Fé Apostólica*, que mais tarde (1914) adotaria o nome da nova denominação surgida nos EUA - Igreja Assembleia de Deus - que neste final de milênio é a maior denominação pentecostal brasileira (CAMPOS, 2000, p. 11).

No entanto, o que é interessante observar aqui, é que a utilização de impressos é prática associada desde o princípio ao pentecostalismo assembleiano. Em relação aos pais fundadores, Gunnar Vingren e Daniel Berg, enquanto esse último é o trabalhador que se destaca na distribuição de literatura, na prática da colportagem, o primeiro é diretor-fundador de dois periódicos assembleianos. Com a matéria “Jesus é quem batiza com o Espírito Santo e com fogo” (CONDE, 2000, p. 40), inaugura-se o primeiro periódico pentecostal no Brasil, “A Voz da Verdade”, em novembro de 1917. Com precoce duração, deixou de ser publicado em janeiro de 1918, ou seja, durou apenas três meses. Um ano após, em janeiro de 1919 criaram em Belém do Pará, outro jornal intitulado, “Boa Semente”, sendo Vingren seu primeiro diretor.

Com o deslocamento de Vingren, líder fundador das ADS de Belém para o Rio de Janeiro, o mesmo acabou construindo ali outro periódico que denominou de “O Som Alegre”. Esses dois últimos foram publicados paralelamente até, quando por decisão da Convenção realizada em Natal - RN em setembro de 1930, foram substituídos pelo então, “Mensageiro da Paz” (MP); doravante o jornal será mencionado pela sigla MS. Conforme o último número de “O Som Alegre”, nº 11 de outubro de 1930, a resolução da convenção determinou que:

[...] Como prova de união de cooperação, foi resolvido, que os dois jornaes, a ‘BOA SEMENTE’, do Pará, e ‘O SOM ALEGRE’, do Rio de Janeiro, se unirão num só jornal que será então o orgam das ‘Assembléias de Deus no Brasil’. Será o mesmo redigido no Rio de Janeiro, sob a directoria dos abaixo assignados, e sahirá quinzenalmente.

O novo jornal que terá tanta assignatura como venda avulsa, começará a sahir no mez de Dezembro do corrente anno (SOM ALEGRE, n. 11 de 1930).

Notadamente, pelo menos na ótica dos intelectuais relacionados ao grupo, o impresso adquiriu importância social à medida que “serviu para manter [ou construir] o interesse do povo pela literatura e para demonstrar o valor da palavra escrita e impressa” (CONDE, 2000, p. 309). O mesmo autor registra ainda que a extinção dos dois periódicos ora em circulação, “O Som Alegre” e “Boa Semente”, fora em razão da paralisação da “modesta tipografia” montada pelo missionário sueco Samuel Nyström.

Aqui há, pelo menos, duas questões de que a historiografia oficial não trata, senão como apenas um dado, não obstante estar relacionada às estratégias do grupo ainda incipiente, em relação à sua difusão e à centralização do poder. O deslocamento de seus principais sujeitos para o sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo – bem como os cuidados em não se

permitir a criação de diversos núcleos de publicação seriam partes integrantes da mesma estratégia, o mesmo tempo, um quadro revelador das tensões entre as posições do campo.

Como atesta Daniel (2004, p. 77-93), houve, desde o início, tentativas em se criar periódicos regionais, projetos sempre anulados pelos sujeitos dirigentes; além disso, quando da criação do MP,⁴ as lutas pelo controle editorial fariam que em seu primeiro ano registrasse dois diretores, Gunnar Vingren e Samuel Nyström. Prova disso, é o registro na última edição de “O Som Alegre” transcrito *ipsis literis* acima trazendo duas assinaturas, de Vingren e Nyström.

Outras questões relevantes sobre o tabloide foram às dificuldades financeiras para sua manutenção, fato atestado nas frequentes notas e debates durante grande parte das reuniões convencionais, o que poderia estar relacionado a alguns fatores importantes como ausência de financiamento (publicidade), origem social dos produtores, do público alvo e a baixa tiragem.

Nessa perspectiva, o tabloide por si mesmo, seus aspectos físicos, materiais, a qualidade do suporte, da diagramação se torna figura símbolo do processo de construção e crescimento das ADS no Brasil, conquanto, à medida que o segmento apropria-se de distintas formas de capital, seus bens produzidos sofrem inevitavelmente transformações: primeiro, o próprio tabloide depois, outros bens realocados estrategicamente nos jogos inerentes ao campo.

Daniel relata que, durante a convenção de 1951, em Porto Alegre, o gerente da CPAD⁵, Pr. Thales Caldas, apresentou um relatório sobre a mesma, relatando “um prejuízo mensal de 9 mil cruzeiros” (DANIEL, 2004, p. 282), oriundos do MP. Ao que tudo indica, a “crise” era uma constante, pois na convenção de 1948 fora criado “O dia da Casa Publicadora” destinado à coleta de oferta para a CPAD, além de uma exposição do líder carioca Paulo Leivas Macalão sobre empréstimos obtidos e a possibilidade de hipotecá-la. Analisando a situação, Daniel afirma ainda que:

Durante as décadas que se seguiram, a casa sempre precisou de ajuda das igrejas, até que, nos anos 90, a CPAD entrou em um período de crescimento que nunca experimentara em toda sua história. Hoje, ela anda com os seus próprios pés e já é considerada a maior editora da América latina (DANIEL, 2004, p. 260).

4 Sigla utilizada para Mensageiro da Paz.

5 Sigla para, Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD.

Curiosamente, a data definida por Daniel como de soerguimento da CPAD, corresponde à ascensão do atual líder da CGADB⁶ e a mais de duas décadas à frente da convenção, Pr. José Wellington Bezerra da Costa, e do atual diretor-executivo da Casa Publicadora, Ronaldo Rodrigues de Souza. Inserindo sua obra monumento, no bojo das comemorações do jubileu de ouro da CGADB, portanto, mais um bem produzido estrategicamente no campo em questão, indicando os posicionamentos, as relações de força e as lutas pela manutenção do poder.

Enquanto Emílio Conde é o herói, apóstolo pioneiro, jornalista, redator, diretor há mais de vinte anos à frente do periódico, responsável por construí-lo, mantê-lo em tempos de crise, quando “dava prejuízo”; Ronaldo seria o diretor de outros tempos, de independência financeira, afinal, a casa agora “anda com os seus próprios pés”. O MP seria duplamente simbólico, concomitantemente, representação de um *outro* – o morto sempre vivo na continuidade, na herança – o paradigma editorial deu certo. A editora surge em função do periódico que é anterior a ela, não seria apenas contingência do momento, ou acidente de percurso onde o decreto presidencial, o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, se mostrariam a força que anula a estratégia.

Nos debates da convenção de 1973 sobre o uso da televisão pelos fieis, Daniel (2004, p. 423-424) registra a fala de alguns convencionais onde “aqueles que possuindo um aparelho de TV, trazem o próprio cinema e o demônio para dentro de casa”. A deliberação do conclave foi de “condenar o uso de TV, pelos perigos espirituais que ele produz”; no entanto, a condenação do demônio, embora homologada pela convenção, não fora publicada pelo MP, a fim de não ser “mal interpretada pelo governo”. Como alertou o então diretor da CPAD, Altomires Sotero da Cunha, “se deve evitar o perigo de combater frontalmente os meios de divulgação devidamente reconhecidos pelo governo”.

Aqui, essa postura pragmática seria reveladora, pois os cuidados para não se indispor com o governo assumem maior importância que o ataque público ao demônio, ou à TV demonizada, tudo, obviamente justificado, pois que “o Brasil estava vivendo naquele período sob a ditadura militar” (DANIEL, 2004, p. 424). Não estamos de forma alguma exercendo juízo de valor sobre tal postura, senão reconhecendo o desvelo de tais atores sociais em relação às regras do jogo, e sabendo disso, em *continnum*, elaboram suas estratégias, muito embora, e talvez, desconhecendo as intencionalidades, por conta das disposições internalizadas pelo *habitus* do grupo. A linha editorial do MP sugere, como já dito, uma

6 Sigla para Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB.

sequência, muito embora a observação de sensíveis transformações já que o órgão é controlado direta e indiretamente pela CGADB, reverberando suas posturas, rodízios e/ou centralização ministerial.

Em torno do MP e da CPAD, reuniram-se os grandes nomes da instituição, cresceram com ela ou por ela foram formados, a começar por Gunnar e Frida Vingren, ambos possuidores de inegáveis capitais culturais. A lista avoluma-se com Nyström, Conde, João Pereira de Andrade e Silva, Joanyr de Oliveira, Laurence Olson, John Peter Kolenda, Abraão de Almeida, Geziel Gomes, João de Oliveira, Antônio Gilberto, além de muitos outros reunidos no Conselho de Educação Religiosa, ou no Conselho de Doutrina. Algo que poderia passar despercebido é a ausência, ou presença quase nula nesse espaço de produção, de agentes femininos, muito embora o inegável reconhecimento de uma *intelligentsia* feminina nos bastidores de suas instituições. Para efeito de localização citaremos duas notáveis mulheres assembleianas, Frida Vingren e Ruth Dóris Lemos, conforme Alencar (2012, p. 94), “mulheres-símbolo” da atuação feminina durante os primeiro e segundo períodos de construção das ADS.

Frida representa a atuação feminina contestadora, já que ela edita o MP, escreve artigos de caráter doutrinário, “ensina a pastores”, compõe e traduz canções para a Harpa Cristã⁷, e ainda seria a principal razão da convocação da 1ª convenção das ADS em setembro de 1930, por ameaçar a construção/manutenção da hegemonia masculina. Sobre isso afirma Alencar:

Frida fez tanto barulho que precisou ser silenciada. Mas, no seu caso, trata-se do silêncio da história oficial, não dos hinos, artigos, poesias e jornais que compôs e escreveu. Foi sua articulação teórica que deu base para a participação das mulheres assembleianas. Também exerceu, na prática, atividades eclesiais, as quais, se ainda hoje não são bem aceitas, convenhamos que na década de 20 seriam menos ainda (ALENCAR, 2012, p. 97).

Dóris, figura símbolo do segundo período, da “institucionalização”, representa a “submissão” e abdicção compulsória ao “ministério estamental”, muito embora possuidora de capital cultural e simbólico por sua ordenação pastoral nas *Assemblies of God*⁸, formação acadêmica, professora, cofundadora do Instituto Bíblico das Assembleias de Deus – IBAD, primeiro instituto teológico presencial das ADS. Entretanto, mesmo havendo no bojo da instituição, figuras femininas detentoras de competências religiosas suficientemente fortes

⁷Hinário oficial das ADS

⁸A equivalente norte-americana das ADS.

para situá-las no jogo, os posicionamentos androcêntricos acabam por realocá-las para outros espaços sem, no entanto, desarticular suas estratégias; mesmo assim, o púlpito como lugar, espaço seletivo se limitaria à atuação masculina.

As publicações da CPAD em grande medida são de autoria masculina. É o homem que produz seus bens mais importantes, e sendo a religião um espaço estruturado de produção simbólica, fornece *habitus* à sua membresia. Em relação de homologia com a sociedade acaba por reproduzir desigualdades à medida que fornece elementos que a legitime, muitas vezes sob a forma da dominação masculina, o que nada mais é que uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 7). À mulher cabe a educação infantil, as trivialidades, as atividades cotidianas. Para isso, basta uma observação *en passant* na página virtual da editora. As relações de gênero talvez não ocupem muito espaço em nossa narrativa, mas não podemos nos furtar à percepção de que elas estariam presentes dentro dos posicionamentos do campo, nas tensões enunciadas e estratégias empregadas por seus agentes.

Por fim, em relação ao periódico, o mesmo encontra-se no formato de tabloide, o suporte em papel *top print* favorece os aspectos gráficos, a diagramação. A formatação de seus elementos gráficos está disposta de forma a facilitar a leitura. Os artigos são distribuídos em colunas marginais e centralizados, estando às fotografias dispostas quase sempre ao centro. As seções se dividem da seguinte forma: Palavra do Presidente, Opinião, Cartas, Destaque, Matéria de Capa, Apresentação da CPAD News: Notícias do povo de Deus, Nacional, Entrevista, Internacional, Reportagem, Apologética Contemporânea, A Bíblia tem a Resposta, Artigo, Família e Mulher, Testemunho, Mensagem, Música, Entrelinhas, Em dia com Israel, Resenhas, e, Em evidência.

Convém registrar que nem sempre esses elementos estão dispostos na mesma ordem, porém, há uma distribuição relativamente comum em todos os exemplares. Todos os arquivos encontram-se depositados no CEMP, em Bangu, Rio de Janeiro, exceto os números: 1934 (janeiro – abril); 1955 (todo ano / exceto março); 1961 (todo ano). Todos os arquivos estão disponíveis aos interessados a partir de agendamento prévio. Entretanto, o periódico ainda é publicado, estando seus números recentes disponíveis em livrarias evangélicas, igrejas e sob formato digitalizado, acessível mediante assinatura na página da CPAD pela Internet.

Quanto à História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o livro foi publicado conforme indica a introdução, “tendo em vista as comemorações do jubileu de diamante” da CGADB. A apresentação é de José Wellington Bezerra da Costa e a introdução de seu filho e homônimo, José Wellington Costa Júnior. A produção do texto é atribuída ao

jornalista Silas Daniel, editor-chefe do MP. Portanto, a obra não só teria a chancela institucional, como seria produto dos principais sujeitos dirigentes ligados à CGADB, especificamente à família de José Wellington. O livro possui 692 páginas versando sobre as Convenções desde aquela selecionada como sendo a primeira, ocorrida em 1930 à AGE em 2003. A história do atual líder se funde à da instituição dando o tom panegirista da obra. Seus heróis são pintados com técnica de artista onde a atual direção é posicionada na continuidade, legatários da tradição.

3 “O EVANGELISTA SILENCIOSO” E OS TRABALHOS CONVENCIONAIS: ENTRE DITOS, E NÃO DITOS.

A Convenção, em muitos aspectos, se apresentaria como caixa de ressonância dos embates no subcampo em que se situam as ADS. Se a Convenção, como entende Alencar (2012), não é a instância de representação da igreja, mas, dos pastores, pelo menos é espaço onde se discute sua configuração e destinos. Se as deliberações da CGADB interferem ou não, sobre a realidade cotidiana dos crentes, todavia, essa seria uma de suas principais intenções, discute-se “ética pastoral”, mas, sobretudo, o *modus vivendi* dos leigos.

O controle do universo leigo perpassa a construção e internalização de determinados *habitus*, estabelece censuras e interdições, às quais se submetem os próprios ministros, pois “o pastor deve dar o exemplo”. Se anteriormente a ética pastoral e a conduta do crente eram digamos, consuetudinária, percebe-se sua materialidade nas deliberações da Assembleia Geral Ordinária (AGO). A ética pastoral apresenta-se como uma questão política nos termos das relações de poder nas relações com seus pares e com os leigos. O mais interessante, é que nesse espaço da regulamentação dos grupos dirigentes, os embates mais acirrados giram em torno do comportamento pastoral, dos conflitos ministeriais ou o “litígio entre pastores”.

Enquanto o MP é o principal órgão de comunicação do grupo, reverberando suas decisões, publicando ditos e interditos, ou seja, um instrumento auxiliar na conformação de *habitus* religioso, ou aquilo que foi autorizado a falar e pode ser dito abertamente. A Convenção é a instância da estratégia, dos conflitos, das decisões e do controle sobre o que se deve falar. Isso não significa que ambas as instâncias não quebrem seus protocolos; muitas vezes, intencionalmente ou não, as palavras escapam e os silêncios testemunham. O MP, então, passa ser nomeado como o “Evangelista Silencioso”. Esse termo é exaustivamente explorado pelo Diretor de Publicações João Pereira de Andrade e Silva. Isso seria parte da estratégia.

A liderança da igreja aposta em seus instrumentos de comunicação, e os impressos são essenciais, pelo menos do ponto de vista dos principais sujeitos e intelectuais da instituição. Eles estão em torno da Casa Publicadora, dos periódicos, das revistas de Escola Bíblica Dominical (EBD), na “Comissão de Educação e Cultura Religiosa”, e na “Comissão de Doutrina”, que foram posteriormente transformadas em efetivos “Conselhos”. E como há conselhos para construir políticas! A própria CPAD os possui, o Administrativo e o Fiscal.

Um elemento primário das estratégias ligadas às publicações é garantir um mercado consumidor, conforme anúncio da página da CPAD na internet:

A CPAD está vinculada à maior denominação evangélica do país – a Assembleia de Deus – e por isso, possui um público cativo e fiel de seus produtos, tanto na sua denominação quanto em outras igrejas, pois conhecem a qualidade de seus produtos e a seriedade de seu compromisso com a Palavra de Deus; Fazemos um forte trabalho de propaganda dos produtos em Revistas, Jornais e Rádio WEB, além da produção de cartazes e encartes promocionais⁹.

Essas estratégias publicitárias não são recentes, muito embora, sua agressividade, ou dinâmica o seja. Na década de 1970, João Pereira de Andrade e Silva lança mão de expedientes similares quando passa a defender o periódico como instrumento de evangelização. Claro, que isso também não é novidade, contudo o reforço, as práticas discursivas de convencimento sobre a valorização do impresso certamente o é. Apesar de ser “Evangelista Silencioso”, Andrade e Silva não deixa de reclamar de sua baixa tiragem:

Como dissemos no início, as Assembleias de Deus, no Brasil são a igreja evangélica e, particularmente no movimento pentecostal, a igreja que congrega o maior número de membros em comunhão. No entanto, a tiragem do jornal o MENSAGEIRO DA PAZ, ainda não atingiu 100 mil exemplares por quinzena, quando possuímos condições para que alcance a casa dos 200 mil exemplares por mês. A verdade é que não tem havido, salvo honrosas exceções, um maior interesse na divulgação do ‘nosso jornal’, e assim indiretamente, o combatem, se esquecendo evidentemente de que o MENSAGEIRO DA PAZ desempenha missão muito alta no âmbito da igreja, contribuindo para a salvação de muitas almas e edificação do povo de Deus (ANDRADE E SILVA, 1974, p. 2).

Aqui há pelo menos duas coisas imediatamente imbricadas, a questão da evangelização, da investida conversionista e o jogo publicitário com ênfase comercial. Ou seja, a estratégia caracterizada pelo duplo objetivo de evangelizar e vender. Nunca um produto fora tão bem representativo do significado de bem simbólico quanto o impresso em questão. Quanto à eficiência, é difícil precisar, contudo, há sempre um reforço de Andrade e Silva (1974) sobre o MP de que ele;

⁹ Disponível em <http://www.editoracpad.com.br/institucional/colportagem>. Acesso dia 10/09/19 as 17:28h.

[...] entra onde muitos não conseguem entrar; que vai onde muitos não podem ir; que fala em ocasiões e circunstâncias, que outros não poderiam falar; que diz verdades, que homens, por mais consagrados que o sejam, não poderiam dizê-las; testifica de fatos que outra maneira, jamais seria possível levá-los ao conhecimento de almas aflitas ou indiferentes. Enfim, o MENSAGEIRO DA PAZ é um Evangelista eficiente que tem ganho tantas almas, cujo número somente a eternidade poderá revelar (ANDRADE E SILVA, 1974, p. 2).

Logo, a estratégia de que referimos estaria alocada sob dois elementos. Primeiro, o crente anônimo que é compelido, motivado à evangelização, e seu instrumento mais eficaz de trabalho, o periódico. Algo fundamental aqui, é que nas histórias que Andrade narra no escopo de fortalecer o jornal ou os *habitus* dos leitores, além de relacionar à missão da publicação: o tabloide nunca é adquirido por dinheiro pelo não crente. Então o não crente é visado também. Ele o ganha de alguém ou encontra o MP, pega-o no chão ou entre jornais velhos. Então, se o (in)converso não o compra, quem paga? Certamente o membro fiel.

Aquilo que o leigo pode e deve saber encontra-se no periódico, as atas convencionais revelam a existência de outras modalidades discursivas que não dizem respeito necessariamente a eles. Mas isso também não é regra. Há coisas que o membro comum precisa saber, diz respeito diretamente a ele e que se depreende das deliberações das AGO, e o MP faz questão de publicar. Contudo, nem tudo que se delibera é publicado, são partes dos “ditos e não ditos”, mas de forma sempre intencional e mediado pelas relações de poder e alteridade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interrogar sobre os significados dos impressos confessionais para a Assembleia de Deus no contexto entre as primeiras publicações até a década de 1970, pode-se inferir que os impressos produzidos pela AD ganharam desde cedo um *status* privilegiado, são bens simbólicos importantes para o grupo. Na medida que a AD cresce, avolumam-se as publicações numa relação direta com as estratégias de posicionamento no campo religioso e que se traduz em estratégias evangelísticas e comerciais.

Algo que não fora contemplado neste trabalho seria a relação com o contexto tecnológico, uma vez que a partir da década de 1970 nota-se a popularização da televisão. Isso significa que antes desse período, poucos recursos eram tão eficientes quanto a publicação impressa; talvez o rádio assumisse importância aproximada, contudo, devido ao caráter

livresco da tradição herdeira da Reforma, o impresso assume posição privilegiada. Respeitando as distâncias, nesse aspecto a AD pode se afirmar como herdeira da Reforma.

Outras estratégias podem ser verificadas quanto aos usos dos impressos, a construção de *habitus* de seus leitores, onde o próprio impresso seria conscientemente utilizado para construir práticas de leitura. De outro modo, observa-se também que tais impressos recebem especial atenção tornando-se objeto de tensão sobre o que se deve publicar e quem publica, uma vez que os articulistas são majoritariamente masculinos. Em torno deles, reúnem-se os principais sujeitos da instituição, atores possuidores de variados capitais, dessa forma, os impressos estariam inevitavelmente enviesados pelas relações de poder.

Sendo assim, os impressos refletem de alguma forma os posicionamentos do campo religioso e do subcampo onde operam as ADS. Não sem razão, o investimento ou a construção do parque gráfico apresenta-se como algo processual, lento e dispendioso. Tudo isso conduz a sustentação da hipótese inicial, pois os impressos do grupo adquiriram valor simbólico e efetivo no contexto da modernidade, tanto no sentido *strictu sensu* como fenômeno da modernidade, quanto no contexto brasileiro anterior a terceira revolução tecnológica. O corolário disso, fora o aporte que se verificou tanto na evangelização quanto como “bem simbólico” nas lutas inerentes ao campo religioso brasileiro. Certamente outros significados podem ser apresentados, contudo, reconhecendo os limites deste trabalho, isso poderá ser realizado em pesquisa posterior.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon. **Assembleias Brasileiras de Deus**: teorização, história e tipologia – 1911- 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC - São Paulo: 2012, 285f.
- ANDRADE E SILVA, João Pereira de. **Messageiro da Paz**: o evangelista silencioso. In: *Messageiro da Paz*, n.2 de 1974.
- ANDRADE E SILVA, João Pereira de. **Messageiro da Paz**: ganhador de almas (I). In: *Messageiro da Paz*, n.3 de 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O milenarismo intramundano dos novos pentecostais brasileiros. In: **XXIV Encontro anual da ANPOCS**. GT “Religião e Sociedade” – 2ª sessão – “O milenarismo revisitado”. Petrópolis – RJ: ANPOCS, 2000. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt16-18/4851-lcampos-o-milenarismo/file>>. Acesso em: 27 set. 2019.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

DANIEL, Silas (Org.). **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil: Os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do Movimento Pentecostal no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MATOS, Alderi Souza de. **Breve história do protestantismo no Brasil**. Goiânia: Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, v.3 n. 1 (2011).

O SOM ALEGRE, nº 11, outubro de 1930.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VINGREN, Ivar. **O diário do pioneiro Gunnar Vingren**. - 5ª Ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.